



Os avanços dos movimentos conservadores como o Escola Sem Partido a partir da “ideologia de gênero” via pânico moral

Maria Hosana Borges Duarte¹
Marcelo Henrique Miranda de Gonçalves²

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo geral analisar como os professores da rede estadual de ensino do agreste do estado de Pernambuco lidam com ataques a educação pelo movimento Escola Sem Partido, visando mostrar as consequências postas pelo uso do pânico moral pelo movimento que ajudou a instituir a ideia do “Ideologia de gênero” e da família padrão e tradicional, afetando diretamente o progresso das discursões sobre gênero e sexualidade no ambiente educacional, tornando-a por meio de ideias distorcidas e inapropriadas promovendo discriminação e promovendo o medo como ferramenta antidemocrática. Assim, o estudo focando nas opiniões e experiências dos docentes, pretende mapear que atitudes antidemocráticas, autoritárias de supremacistas sobre as identidades prejudicam o caráter plural da escola e colocam em risco os direitos humanos, e conseqüentemente, a formação cidadã dos discentes na educação básica. Para tanto, faz uso da entrevista semiestruturada, observação não participante e conversas informais que serão compreendidos pela Análise de Conteúdo.

Palavras-chave: Neoconservadorismo, Escola sem partido, Ideologia de gênero, pânico moral, Boa sorte.

INTRODUÇÃO

Historicamente, a escola tem como objetivo formar as novas gerações nos conhecimentos acumulados pela humanidade e formar cidadãos como seres pensantes e reflexivos, capazes de modificar e melhorar a organização social. Nesse caminho, os conteúdos devem ser diversificados e incluir aspectos culturais para que não se viva em uma realidade apenas construída de forma abstrata. Diante desse contexto, a educação pode ser um instrumento a favor da construção de uma sociedade democrática e respeito

¹ Graduanda do Curso de licenciatura em Física da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE membro do Grupo de Pesquisa CNPq: Processos de Subjetivação, Educação, Gênero e Sexualidade. E-mail: hosanamaria92@gmail.com;

² Professor orientador: Professor do Núcleo de Formação Docente, Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos (PPGDH/UFPE) e do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea (PPGDUC/UFPE). Coordenador. Líder do Grupo de Pesquisa CNPq: Processos de Subjetivação, Educação, Gênero e Sexualidade. E-mail: marcelo.gmiranda@ufpe.br



à diversidade em relação às questões sociais importantes tais como: os debates sobre gênero e sexualidade.

Entretanto, há movimentos neoconservadores e neoliberais como o movimento Escola Sem Partido (ESP) que se utiliza do pânico moral em seus discursos para edificar uma sociedade supremacista, excludente e discriminatória.

Nesse caminho, Mendonça (2018, p.107) expõe que “Os argumentos e seus usos contra a temática de gênero nas escolas acabaram produzindo medos sociais e o chamado pânico moral, ou seja, reação produzida em momentos de transformação social e que se baseia em estratégias de exploração do medo”. Desse modo, em 2010, quando a proposta para o Plano Nacional de Educação (PNE) foi apresentada, que incluía temáticas sobre raça, gênero e o respeito à diversidade, a escola ensinaria temáticas imorais resultando que os meninos se tornariam homossexuais e as meninas lésbicas. Tais ideias são completamente distorcidas, reacionárias, lgbtfóbicas sem quaisquer sustentações na realidade social.

No entanto, essas e outras ideias neoconservadoras foram utilizadas para recrudescer o movimento antidemocrático do ESP. Tais argumentos ressoaram mais fortes, principalmente, religiosos fundamentalistas. Esses fundamentalistas justificam seus comportamentos antidemocráticos afirmando que o ensino de equidade de gênero e do respeito à diversidade sexual acabariam com a família tradicional.

Todavia, tais argumentos neoconservadores estão associados a uma ideologia neoliberal tendo a finalidade de promover o capitalismo impondo à escola apenas a função de formar mão de obra para as empresas. Os empregados não questionariam as desigualdades econômicas, sociais e culturais, nem procurariam seus direitos. Tal posicionamento contribui para que a escola assuma uma perspectiva apenas de (re)produtivista das desigualdades sociais.

Esses ideais neoconservadores geram mais preconceito, discriminação e exclusões, e em piores casos, agressões e até suicídio, pois, meninos não podem brincar com as meninas tampouco as meninas podem brincar com os meninos. Assim jogos e as brincadeiras ganham um recorte do reforço à desigualdade de gênero, pois menino joga bola e menina brinca de boneca e casinha. Isto é, por meio dos jogos, brincadeiras e brinquedos há um processo de socialização das novas gerações na divisão do trabalho sexual na vida adulta. A partir dessa questão, o movimento neoconservador tenta impor



aos professores apenas a função de motivar nos processos educacionais que os alunos aprendam só reproduzir as desigualdades e violências de gênero.

O Brasil é um país extremamente plural e deve fomentar uma educação plural e democrática que atenda às demandas dos grupos que compõem a nossa sociedade na promoção dos direitos humanos, da equidade de gênero e no respeito à diversidade sexual.

Nessa perspectiva, deve-se assumir que o Estado é laico e o sistema de ensino tem o dever de promover uma formação humana, cidadã e democrática. Porém, o medo da imoralidade implantado pelo ESP gerou um desconforto maior ainda aos docentes, chegando ao limite de querer incentivar os alunos a fiscalizarem e denunciarem quando a prática docente não corresponder à ideologia defendida pelos neoconservadores.

Outra dificuldade que os professores têm de enfrentar é a ausência ou uma formação docente incipiente sobre as temáticas de corpo, gênero e sexualidade. Essa realidade dificulta a vivência, tornando mais desafiador a identificação e resolução de problemas que envolvam essas temáticas diariamente, tais como a violência de gênero, o estupro de crianças, a lgbtfobia etc. O professor deve ensinar e fortalecer uma educação que inclua, reconheça, combata a desigualdade de gênero e as violências físicas, sexuais e simbólicas existentes em uma sociedade autoritária. Assim, o professor deve mostrar caminhos de cidadania e de respeito aos direitos humanos.

Diante de tudo que foi posto anteriormente pergunta-se: Como os professores da rede estadual de ensino da região agreste do estado de Pernambuco lidam com ataques a educação pela influência do movimento ESP? Quais as consequências do uso indevido do pânico moral, instituindo o “Ideologia de gênero” e a ideia de família padrão e tradicional?

Assim, a partir da resposta ao problema de pesquisa, pretende-se compreender as concepções, sentidos, ideias, valores dos referidos docentes e de que maneira suas concepções reforçam ou desestabilizam práticas fundamentalistas, neoliberais, conservadoras e reacionárias ou de equidade, de inclusão, de reconhecimento de respeito às diferenças e à democracia.

METODOLOGIA



A metodologia utilizada na pesquisa será uma análise qualitativa, pois, focará nos aspectos subjetivos, dos professores da rede estadual de ensino do agreste do estado de Pernambuco, tendo como objetivo visualizar as consequências postas pelo uso do pânico moral pelo movimento Escola Sem Partido que ajudou a instituir a ideia do “Ideologia de gênero e família padrão e tradicional. Sendo assim, a pesquisa de natureza qualitativa é capaz de descrever dados que não podem ser apresentados numericamente, aumentando as possibilidades de compreensão sobre a realidade social, observando e detalhando as opiniões, trazendo abertura para muitas outras futuras discussões. Vale ressaltar que se preservará o anonimato dos professores entrevistados. Nossa seleção será realizada junto aos professores da rede estadual de ensino. Especificamente, serão selecionados os que lecionam nas disciplinas de biologia, filosofia, geografia, história, português e sociologia, nos municípios de Cachoeirinha-PE e Caruaru-PE. Essas áreas de conhecimento são priorizadas por estarem mais propensas a lidar com as temáticas de gênero, sexualidades, desigualdades, violência, lgbtphobia, infecções sexualmente transmissíveis, democracia, respeito às diferenças etc.

Assim, temos como objetivos específicos: a) identificar as dificuldades enfrentadas por uma educação sem autonomia e como são abordados os assuntos de gênero e sexualidade em sala de aula; b) mapear os motivos de abordar e não abordar as referidas temáticas; e c) levantar as estratégias utilizadas tanto para abordar como para silenciar sobre as temáticas de gênero e sexualidade. Como técnica de coleta de dados, utilizaremos as entrevistas semiestruturadas, pois essa técnica possibilita uma maior interação no momento da entrevista permitindo que novas perguntas sejam realizadas no contexto de sua realização. As entrevistas serão gravadas e analisadas a partir da metodologia da Análise de Conteúdo temática (AC). Também será utilizado conversas informais, e observação não participante para uma maior riqueza de detalhes, que posteriormente serão analisados e condensados para melhores resultados.

ASPECTOS (NEO)CONSERVADORES SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NA SOCIEDADE BRASILEIRA

A escola como instituição social tem como objetivo a formação do cidadão para ser político, ativo, trazendo respeito e equidade. Nesse caminho, há em disputa na nossa sociedade projetos de escola, de cidadão e de nação. Assim, “a grande questão em



disputa é quem educa: a família e/ou a escola? O movimento Escola Sem Partido (ESP) defende que apenas família e religião podem educar” (PENNA, 2016, p. 113).

Nesse percurso, retira-se da escola a sua função de formação humana que envolve os conhecimentos acumulados pela humanidade e a formação cidadã, tornando a escola apenas um instrumento para a formação de mão de obra para o trabalho. Esta formação apenas para o trabalho exclui a função da escola de formação democrática, pois, tem-se apenas uma mão de obra mais barata e sem questionar desigualdades econômicas, sociais e culturais existentes em nossa sociedade.

As visões neoconservadoras são recrudescidas por meio do fundamentalismo religioso presente na sociedade atual. Nesse caminho, a pesquisa do IBGE, de 2010, constatou que 64,6% dos brasileiros são católicos e 22,2% são evangélicos, somando-se, 86,8% da sociedade é cristã, sobrando assim 13,2% para ateus e de outras religiões. Historicamente, o cristianismo teve mais poder de influência diante das outras religiões e as famílias como adeptas tendem a apoiar seus costumes e passar tradicionalmente os mesmos, condenando quem pensa de forma diferente, preservando os costumes durante gerações, mas e os 13,2% da sociedade que não acredita ou segue esses costumes? É simples, excluem, mas o quão injusto isso é? Se a cultura indígena era a predominante antes da colonização? Se os milhares de negros trazidos tinham sua própria cultura? Todas essas questões são deixadas de lado quando o movimento entra em cena, pois só a família e a religião, sendo mais claro, o cristianismo podem educar.

Houve grandes avanços na produção de materiais didáticos que discutem questões de gênero e esta temática tornou-se o foco do maior ataque do discurso reacionário. Mas por que o gênero? Porque é uma agenda que movimentos como o Escola sem Partido usam para explorar politicamente o desconhecimento de uma parcela significativa da população sobre o cotidiano das escolas e sobre as próprias discussões de gênero e sexualidade. Hoje sabemos que ninguém escolhe a sua orientação sexual (por isso não se usa mais o termo “opção”), mas o discurso reacionário quer fazer acreditar que a escola tem como objetivo transformar os jovens em gays e lésbicas, a fim de destruir a “família tradicional” e ensinar “pedofilia”. Por isso usam o termo “ideologia de gênero” – uma poderosa ferramenta política para manipular o pânico moral em troca de ganhos eleitorais. (PENNA, 2016, p.113).

Esse problema de uma sociedade autoritária fica ainda mais em destaque quando as questões são relacionadas às temáticas de gênero e sexualidade. Em 2016, o



programa “Gênero e diversidade sexual na escola”, instruiu a formação correta para lidar e falar sobre essas temáticas, pois, ainda era um grande tabu para época e era debatido de maneira incipiente e sem formação ou era silenciado no ambiente escolar. Discursões dessa natureza podem e devem trazer uma boa formação para professores e alunos, facilitando a identificação de preconceitos, discriminações e exclusões, assim como ajuda no fortalecimento de uma sociedade democrática e na denúncia da lgbtfobia.

Levando em consideração esse contexto, no campo da educação, em 2010, foi apresentada uma versão do Plano Nacional de Educação (PNE) em que no artigo 2º, inciso III, estabelecia que “deveria haver igualdade racial, regional, de gênero e orientação sexual e na erradicação de todas as formas de discriminação” (BRASIL, 2012d). Entretanto, tal aspecto teve reação de setores reacionários da sociedade, fazendo com que “organizações conservadoras defendessem o que chamam de família e costumes tradicionais, unidas para divulgar e disseminar informações distorcidas para impedir que se alcance equidade entre gênero e o respeito à diversidade sexual” (REIS, EGGERT, 2017, p. 18). Tal reação foi materializada no uso e na propagação do equivocado termo do “ideologia de gênero”. Esse movimento fundamentalista, neoconservador e neoliberal, aproveitando os ideais conservadores, começaram a disseminar o pânico moral. Via pânico moral, o ESP consegue mais apoiadores, o que resulta não na proibição das temáticas de gênero e sexualidade, mas no seu silenciamento.

Vale ressaltar que o movimento ESP queria que houvesse proibição por lei, em 2013 o movimento formulou um anteprojeto de lei a partir das suas propostas, que poderia ser posto nas instâncias parlamentares, na esfera municipal, estadual e federal. Em maio de 2014 foi apresentado o primeiro projeto de lei nº2974 à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, dando início a uma série de propostas segundo Moura e Salles (2018), no fim de 2017 havia mais de 120 projetos de lei apresentados e dezenas de pequenos projetos aprovados em pequenos municípios, em vários lugares.

O plenário em sessão virtual de 22.05.2020 a 28.05.2020 julgou procedente o pedido formulado na arguição para declarar a inconstitucionalidade dos trechos dos dispositivos impugnados, contidos na lei 3.491, de 28 de agosto de 2015, no município de Ipatinga, que excluem da política municipal de ensino qualquer referência à diversidade de gênero e a orientação sexual, vinculados à ideologia movimento ESP, os



projetos de lei julgados pelo STF foram, como esse citado acima, considerado inconstitucional.

O discurso posto após isso para pessoas pouco instruídas ou cegas pelo tradicionalismo foi que os conteúdos seriam inapropriados, incentivando a mudança de escolha sexual, pedofilia e que todos os estudantes virariam gays, lésbicas, transexuais entre outros, tais argumentos transformaram a equidade de gênero em um feminismo distorcido em que, fantasiosamente, alegavam que a mulher queria dominar os homens. Esses argumentos, equivocadamente, colocam a escola como lugar de desvio de ideais e o professor como manipulador.

Pessoas com uma educação democrática limitada foram influenciadas mais facilmente o que fez com que seguissem cegamente, acabando aceitando as ideias das formas que foram postas.

Em 2011, foram produzidos materiais para professores e alunos pelo programa Escola Sem Homofobia, proposto pela Organização Não Governamental (ONG) ECOS. Esses materiais foram fortemente atacados e pejorativamente veiculados na mídia, como “Kit gay”. Ressalta-se ainda que essa propaganda, baseada no pânico moral afirmando que o conteúdo era obsceno, foi utilizada como ferramenta política partidária, inclusive nas últimas eleições pela direita conservadora brasileira.

Uma das consequências dessa influencia negativa dos movimentos conservadores para os professores foi incentivar um tipo de censura em sala por meio da fiscalização dos alunos sobre seus professores. Tais situações estavam vinculadas ideologicamente como sendo de propagação da lgbtfobia e da (re)produção das desigualdades sociais.

Como dito anteriormente, algumas proposta do movimento ESP foram consideradas inconstitucionais assim que julgadas pelo STF, não podendo se tornar lei da mordança aos professores. Porém, mesmo sendo inconstitucionais em alguns lugares ainda tramitam os processos para legitimação das propostas de Lei, inclusive na câmara dos deputados, e suas influências sociais foram e ainda são prejudiciais a uma sociedade democrática e a pluralidade da escola.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados esperados durante a pesquisa são: a) Produção de um conjunto de reflexões relevantes e fundamentadas sobre as aproximações e distanciamentos entre as



temáticas da “ideologia de gênero” e promoção da equidade de gênero, do combate à lgbtfobia, do caráter democrático e plural da escola concebidos pelos professores do Ensino Médio na Rede Pública de Pernambuco;

Assim, a realização da pesquisa trará as seguintes contribuições para o campo científico: a) Produção de um conjunto de saberes na compreensão da inteligibilidade dos docentes no que diz respeito entre equidade gênero e direitos sexuais nos espaços escolares da rede pública de ensino pernambucana; b) Produção de conhecimento qualificado sobre a percepção dos professores em relação ao pânico moral, “ideologia de gênero” e caráter democrático e plural da escola; c) Desenvolvimento de formulações teóricas entre o aspecto macro de ações reacionárias (contra a equidade de gênero, os direitos sexuais, a democracia e a pluralidade) e o aspecto micro sobre as repercussões e capilaridades dessas ações reacionárias nas mentalidades dos docentes no cotidiano escolar que possibilite compreensões analíticas acerca da realidade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como a pesquisa está em andamento, destaca-se que estamos vivenciando um momento de recrudescimento do neoliberalismo e do neoconservadorismo e nesse, contexto, a promoção de equidade de gênero e o combate à exclusões, discriminações, estereótipos são ameaçados assim como o caráter democrático e plural da escola. Nesse caminho, tem grande relevância compreender esses aspectos levando em consideração especificidades regionais do agreste pernambucano. Tal perspectiva deixará mais visível a necessidade de políticas públicas educacionais de formação docente em que sirvam de base para que os professores ajudem à escola na formação humana, na equidade de gênero e em uma sociedade mais democrática e que respeito à diversidade.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, S. L. de. Neoconservadorismo e liberalismo. In (Org.) GALLEGOS, E. S. **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviço na era digital**. São Paulo, Boitempo editorial, 2018.

AZEVEDO, J. M. L. de. **A Educação como Política Pública**. Campinas, Autores Associados, 2008.

BALIEIRO, F. de F. “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. In **Cadernos Pagu**, n. 53, 2018.



- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Edições 70, 1997.
- BAUER, M. W. Análise de Conteúdo clássica: uma revisão. In BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Som e Imagem**: um manual prático. Petrópolis, Vozes, 2010.
- CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault**. Belo Horizonte, Autêntica, 2009.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2013.
- GOMES, R. Análise e Interpretação de dados de Pesquisa Qualitativa. In MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, Vozes, 2016.
- IMA, P. V., PERONI, V. M. V. Escola Sem Partido e as implicações para a democratização da educação. In **Revista Pedagógica**. V. 20, n. 44, p. 121-136, 2018.
- JUNQUEIRA, R. D. Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária—ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”. In **Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade**. Rio Grande, Ed. Furg, 2017.
- LEAL, N. C. et al. A questão de gênero no contexto escolar. In **Leopoldianum**. V. 43. p. 96-121. 2017
- MARAFON, G; SOUZA, M. C. Como o discurso da “ideologia de gênero” ameaça o caráter democrático e plural da escola? In PENNA, F; QUEIROZ, F; FRIGOTTO, G. (Ed.). **Educação democrática: antídoto ao Escola Sem Partido**. Rio de Janeiro, LPP/UERJ, 2018.
- MENDONÇA, A. A. Projeto para educação brasileira: da retórica conservadora ao pânico moral. In **Revista Communitas**. V.2. n. Edição Especial: Conservadorismos: políticas e educação. p. 106-120. 2018.
- MIGUEL, L. F. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”- Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. In **Revista Direito e Práxis**. V. 7. n. 15. p. 590-621. 2016.
- MIRANDA, M. H. G. de; LIMA, L. S. G. A. de. A prática pedagógica dos direitos humanos: marcadores sociais da diferença e o combate ao bullying. **Momento-Diálogos em Educação**. V. 28, n. 1, p. 328-348, 2019.
- MISKOLCI, R. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. In **Cadernos Pagu**, n. 53, 2018.
- MOURA, F. P; SALLES, D. C. O escola sem partido e o ódio a professores que formam crianças (des)viadas. In **Revista Periódicus**, V. 1. n. 9. p. 136-160, 2018.
- PENNA, F. O discurso reacionário de defesa de uma “escola sem partido”. In (Org.) GALLEGO, E. S. **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo, Boitempo, 2018.
- REIS, T; EGGERT, E. Ideologia de gênero: Uma falácia construída sobre os planos de educação. In **Educação e Sociedade**, Curitiba. V. 38, n. 138, p. 9-26. 2017
- SILVA, D. S. N; MIRANDA, M. H. G. de; SANTOS, M. do C. G. Homofobia e interseccionalidade: sentidos condensados a partir de uma pesquisa bibliográfica. In **Revista Interterritórios**. V. 6, n. 10, p. 200-224, 2020.



FIGUEIREDO, A. D. R.; MIRANDA, M. H. G. de; ALENCAR, M. F. dos S. MST E EDUCAÇÃO: interfaces mobilizadoras de humanização. In **Revista Saberes da Amazônia**. V. 3, n. 07, p. 3-32, 2018.

MIRANDA, M. H. G. de; OLIVEIRA, A. C. A. Os Limites das Categorias Heteronormativas no cotidiano escolar e a Pedagogia Queer: o caso do uso do banheiro. In **Revista Educação e Cultura Contemporânea**. V. 13, n. 32, p. 350-373, 2016.

BORGES, R. O., BORGES, Z. N. Pânico moral e ideologia de gênero articulados na supressão de diretrizes sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas. In **Revista Brasileira de Educação**. V. 23. p.1-23. 2018.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In BAUER, M. W; GASKELL, G. (Orgs.). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Som e Imagem: um manual prático**. Petrópolis, Vozes, 2010.

BRASIL, Supremo Tribunal Federal. **Processo Eletrônico**. Brasília, 29 de junho de 2020. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5206806>> Acesso em: 26 ago. 2020.